

Migrações Negras no Brasil

Black Migrations in Brazil

Elaine Pereira Rocha¹

RESUMO

Este artigo discute o impacto das migrações negras no Brasil, tanto no âmbito interno das migrações nacionais como das migrações internacionais, na primeira metade do século XX. Discute-se a necessidade de uma linha de pesquisa específica dedicada à História Negra do Brasil e a importância das migrações negras ocorridas no mesmo período em que o país se abria para receber imigrantes estrangeiros vindos da Europa, Oriente médio e Ásia. Homens e mulheres negras deixaram áreas rurais e se dirigiram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, durante a Primeira República, ali encontraram barreiras impostas por ideologias racistas que reforçaram a competição entre trabalhadores negros e brancos. Por outro lado, desafiando as mesmas barreiras, trabalhadores imigrantes negros vindos das ilhas britânicas do Caribe entraram pelas fronteiras do norte do país, marcando a sociedade e a história daquela região.

Palavras-Chave: Migrações, História Negra, Racismo

RESUMEN

Este artículo analiza el impacto de las migraciones negras en Brasil, tanto en el ámbito interno de las migraciones nacionales como internacionales, en la primera mitad del siglo XX. Se discute la necesidad de una línea de investigación específica dedicada a la Historia Negra de Brasil y la importancia de las migraciones negras que tuvieron lugar en el mismo

¹ Bacharel e licenciada em História pela Universidade de Taubaté (UNITAU); Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Mestre em História Cultural pela University of Pretoria (África do Sul) e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada do Departamento de História e Filosofia da University of the West Indies (UWI). Autora dos livros: *Ideias fora do lugar: Representações de raça e gênero* (organizadora, 2021); *Mosaico: A construção de identidades na diáspora africana* (co-organizadora, 2020); *Milton Gonçalves: Memórias históricas de um ator afro-brasileiro* (2019); *Mundos do trabalho e dos trabalhadores: experiências e vivências no Brasil e no Caribe*, (co-organizadora, 2018); *Another Black Like Me: The Construction of identities and Solidarity in the African Diaspora* (co-organizadora, 2015); *Racism in Novels: a Comparative Study of Brazilian and South African Cultural History* (2010); *Saci Perere, O Vento da Liberdade* (2000). Email: elaine.rocha@cave-hill.uwi.edu

período en que el país se abrió para recibir inmigrantes extranjeros de Europa, Medio Oriente y Asia. Hombres y mujeres negros salieron de las zonas rurales y se dirigieron a los centros urbanos en busca de mejores condiciones de vida, durante la Primera República, allí se encontraron con barreras impuestas por ideologías racistas que reforzaban la competencia entre trabajadores negros y blancos. Por otro lado, desafiando las mismas barreras, trabajadores inmigrantes negros de las islas del Caribe Británico ingresaron a las fronteras norte del país, marcando la sociedad y la historia de esa región.

Palabras clave: Migraciones, Historia Afroamericana, Racismo.

ABSTRACT

This article discusses the impact of black migrations in Brazil, including national and international migrations, during the first half of the 20th century. It discusses the need for a scholarship dedicated to the Black History of Brazil and the importance of studying Brazilian Great Migrations that took place in the same period in which the country received foreign immigrants from Europe, the Middle East and Asia. During the República Velha, Black men and women left rural areas and headed to urban centers in search of better living conditions. Once there, they encountered barriers imposed by racist ideologies that reinforced the competition between black and white workers. On the other hand, defying the same barriers, black immigrant workers from the West Indians entered the country's northern borders, marking the society and history of that region.

Keywords: Migrations, Black History, Racism

Migração, uma arqueologia de sentidos

Algumas palavras ou conceitos se transformam no uso cotidiano e acabam carregando uma conotação política que, a princípio passa despercebida. É o caso da palavra “emigrar”, originada do latim *emigro*= mudar de, sair da habitação. Mudar de região. Nesse caso, o imigrante (aquele que entra, que chega) ou emigrante (aquele que sai, aquele que parte), não é necessariamente uma pessoa em movimento entre dois países, mas pode também referir-se àqueles que se movimentam entre regiões, estados ou cidades. A academia brasileira reconhece isso, ao falar em “migrações internas”, porém ao definir o “imigrante” refere-se sempre ao estrangeiro que entra no país.

Ao fazer esta escolha, a história permite a cooptação pela ideologia do branqueamento que marcou o país principalmente na primeira década do século vinte, e que está definitivamente na base da cultura brasileira. O uso do verbete da enciclopédia para explicar a imigração no Brasil não reflete a ideia comum de que o imigrante é o europeu. De fato, a historiografia tem enfatizado a contribuição do imigrante europeu no país de maneira ostensiva, em comparação com trabalhos publicados sobre a imigração de asiáticos e árabes, por exemplo.

A proposta deste artigo é discutir um outro elemento do movimento migratório no Brasil que ficou nas sombras dos trabalhos sobre as grandes ondas de movimento

humano que contribuíram para a urbanização do país: os movimentos dos imigrantes negros. E ao falar nos imigrantes negros este trabalho vai dirigir-se por duas vertentes: o trabalhador imigrante negro estrangeiro e o trabalhador imigrante nacional, que sai das grandes fazendas e do meio rural dirigindo-se para as grandes cidades, num movimento que influenciou definitivamente culturas regionais, e que é igualmente marcado por lutas para adaptação, pela exploração da mão de obra, pela crise da moradia, etc.

Neste sentido, ao discutir as migrações negras, propõe-se a ampliação do campo da história dos negros no Brasil, indo além de uma história da escravidão e do pós-abolição, ressaltando as experiências de afrodescendentes no Brasil, que demanda a afirmação de uma linha de pesquisa como a História do Negro, nos parâmetros da *Black History* dos Estados Unidos, e da forma como a academia americana admite o impacto das migrações negras, internas e de estrangeiros, de fora para dentro e de dentro para fora – no caso das emigrações de afro-americanos para outros países – como parte da experiência histórica daquele país.

Migrações Negras e a História dos Negros

A história tem sido campo fértil de indagações e descobertas, no qual grupos afiliados por nacionalidade, classe, gênero, localização, e ideologia, para citar alguns, têm reivindicado, com sucesso, linhas de investigação histórica nas quais tais sujeitos são os protagonistas. Nesse sentido foram desenvolvidos novos objetos de pesquisa, novas perspectivas sobre temas tradicionais e novas metodologias de pesquisa. Cada uma dessas novas linhas de pesquisa histórica encontrou resistências e teve que lutar por reconhecimento dentro da disciplina, enfrentando a oposição de pessoas que receiam divisionismos acadêmicos ao invés de incorporar as novas ideias como contribuições epistemológicas e parte de um movimento de inclusão.

No caso da história dos negros, nos Estados Unidos, a área se desenvolveu já em fins do século XIX como necessidade educacional nas escolas dos negros. Dessa forma, as primeiras gerações de historiadores, formadas nos chamados *Black Colleges*, colocaram de lado a prescrição de neutralidade no ofício do historiador e engajaram-se em escrever uma história que ressaltasse a participação dos afro-americanos na construção de seu país, em papéis que extrapolavam o de escravo/mercadoria. O mesmo esforço propôs, com sucesso, uma revisão da história do período escravista no qual os estudos sobre a cultura, sobre a família, o desenvolvimento da religião institucionalizada, entre outros, humanizaram a experiência negra, ao mesmo tempo denunciando a violência das instituições escravistas e celebrando a resistência negra.

John Hope Franklin (1915-2009), destacou-se entre os historiadores desse campo, ao dedicar sua longa vida à luta pelo campo da História Negra, ao mesmo tempo em que denunciava o racismo nos Estados Unidos. Ele argumentava que a História Negra não era uma dissidência da História dos Estados Unidos, mas que era parte da história nacional, e que seu trabalho era escrever essa história pela perspectiva da população negra. (PURNELL; FRANKLIN, 2009). Tal argumento se reflete também no trabalho

de George Andrews, *Afro-Latin America* (2004), ao discutir o conceito de significância histórica para as populações negras na América Latina. Para o historiador, independente do percentual de afrodescendentes na população nacional, em cada país onde estes existam, sejam minoria, como na Argentina, ou maioria, como no Brasil, negros e negras marcaram a história desses países e têm suas experiências marcadas pelo fato de serem afrodescendentes nesses países.

Quando, principalmente a partir de 1960, se fortaleceu o movimento em favor de uma história sob o ponto de vista das classes subalternas, a questão racial passou a ter ainda mais relevância dentro da história, pois, para certos grupos raciais, a opressão de classe é reforçada pela opressão da classificação racial. Portanto, se a história passa a privilegiar a problematização das relações de poder, e entre elas surge com grande força a história das mulheres e depois a história de gênero, no mesmo momento surgiu a história dos negros. Trotter (1993) ressalta, que foi em meio à luta por Direitos Civis que jovens afrodescendentes nos Estados Unidos passaram a rejeitar com maior ênfase uma história que não carregava a experiência dos seus. Ao mesmo tempo, a experiência de lutas passadas e de direitos conquistados através de tais lutas, foram ferramentas importantes na reivindicação por reconhecimento e inclusão.

No discurso em favor do pertencimento e do reconhecimento à cidadania, elaborado por militantes do Movimento por Direitos Civis nos Estados Unidos, a história do impacto de imigrantes negros vindos dos Estados do Sul na construção de grandes cidades e suas economias no norte do país – cidades como Chicago, Nova Iorque, Detroit, entre outras – enfatizava o trabalho de homens e mulheres, a formação de vizinhanças e culturas, como *jazz* no Harlem de Nova Iorque ou a cultura *creolle* de Nova Orleans – além das contribuições de afro-americanos nas ciências, política e filosofia, para ressaltar a contribuição daquela parcela da população na construção da nação. Ao mesmo tempo em que as narrativas das tragédias, das lutas, e das injustiças sofridas, tanto nos locais de destino, como nas regiões de onde partiram, denunciavam políticas e práticas culturais opressivas, que se mantiveram através de séculos, ou que mudaram lentamente, graças a essa mesma luta. A história, naquele contexto se converteu em ferramenta de luta política.

Não se trata de reescrever a história nacional, mas de somar e ampliar o escopo dessas histórias. A noção de distanciamento metodológico foi abandonada há tempos, com a entrada de novos sujeitos na academia, sujeitos que, tendo a oportunidade e os meios adequados, passaram a investigar e escrever a história de seu próprio grupo.

É claro, que por décadas, afro-americanos vinham tentando oferecer ao público leitor informações sobre “a raça” e seus problemas. Isso era particularmente importante quando seus oponentes tentavam denegri-los e afirmavam que os afro-americanos não tinham feito qualquer contribuição significativa ao crescimento e à prosperidade dos Estados Unidos. (FRANKLIN, 2005, p. 225).²Tradução da autora.

² Texto original: “For decades, of course, African Americans have attempted to provide the reading public with information about “the race” and its problems. This was particularly true when their opponents tried to denigrate them and claim that they had made no significant contributions to the growth and prosperity of the United States.”.

Apesar dos esforços de um número crescente de historiadores, com trabalhos de imenso valor, não existe uma História Negra como uma linha de estudos no Brasil. Em geral, o sujeito negro entra na historiografia nacional como a história da escravidão, ou como a história do pós-abolição. Em ambos os casos, a referência é a instituição escravocrata. Não se trata aqui de negar o grande mérito dos estudos sobre a escravidão e de sua contribuição para a história do Brasil e para dar visibilidade a sujeitos, problemas e temporalidades outrora negligenciados. Muito se tem escrito, com grande impacto nacional e internacional sobre a história da escravidão e o pós-abolição. O problema está em que toda a história dos afrodescendentes no Brasil após 1888 corre o risco de ser encaixada numa temporalidade indefinida que é o pós-abolição, e, neste caso, toda a história dos afrodescendentes, mesmo que um século depois do fim da escravidão continua tendo a ordem escravocrata como referencial. Ao advogar por uma História Negra no Brasil, minha intenção não é atacar o que já se tem feito nos estudos sobre a experiência negra no Brasil, mas de libertar a história mesmo das peias da escravidão.

Parte desse raciocínio baseia-se no fato de que a maior parte dos intelectuais negros, dos artistas e de famílias negras, têm narrativas de migrações, tendo vindo de outras regiões nas quais localizam as raízes de sua cultura e sua própria história.

Raymond Williams (1985) chama a atenção do leitor para a transformação dos significados das palavras e da historicidade e políticas envolvidas nessa transformação, de forma que uma palavra passa a extrapolar o significado etmológico e precisa ser vista sob o ponto de vista da filologia. O significado pode variar tanto historicamente quanto contextualmente e mesmo politicamente. Daí os inúmeros significados por exemplo das palavras cultura, ou popular. Na mesma linha de pensamento, Foucault (1995) denuncia que as palavras têm um valor político, no qual as palavras são designadas convenientemente, quando se trata de representação e identidade.

Porém, ainda que se tome o amplo significado da palavra “imigrante” e o que a experiência do imigrante traduz, como o deslocamento, o reajuste, o isolamento social, a reconstrução da própria identidade e a adaptação à nova localidade, percebe-se que os mesmos elementos se encontram na experiência dos negros que emigraram para centros urbanos entre fins do século XIX e meados do século XX. Na atual conjuntura historiográfica, é preciso justificar porque trabalhadores afrodescendentes que saíram do interior para as grandes cidades deve ser incluído na categoria de imigrantes.

O desafio de se adaptar a uma nova ordem social e cultural também se aplica aos recém-chegados negros, que deixam para trás uma estrutura sócio, econômica e cultural ainda fundamentada no modo de produção colonial, para se integrar à sociedade urbanizada, onde os laços de solidariedade e o paternalismo/clientelismo não se aplicam na mesma extensão em que na ordem rural. A necessidade de pagar o aluguel, de comprar os alimentos no mercado, sem o espaço físico necessário para atividades de subsistência como criar galinhas e porcos, ou mesmo as pequenas hortas, o código de vestimenta (com o sapato e o palitô, por exemplo) vão afetar a sobrevivência econômica desse grupo. (ROCHA, 2019a)

Trabalhadores negros na nova ordem econômica

Considera-se que a crescente participação dos descendentes de imigrantes portugueses, italianos e espanhóis nas ciências sociais e na história resultou em trabalhos acadêmicos que eram centralizados nas experiências desses grupos. A visibilidade das histórias dos imigrantes europeus na mídia impressa e no cinema e televisão está diretamente ligada à presença de seus descendentes em posições de poder nas editoras, jornais, emissoras de televisão e produtores de cinema. Para afrodescendentes no Brasil, a relativa invisibilidade nos meios citados denuncia a exclusão de negros e negras das posições de comando, a opressão econômica que ainda exclui essas pessoas da universidade, e a grande pressão dos meios de comunicação de massa para promover o branqueamento da memória nacional.

No entanto, assim como uma história da classe trabalhadora no Brasil tem que considerar os trabalhadores negros e o impacto do racismo nas relações trabalhistas e nas oportunidades e condições de trabalho, os estudos sobre as migrações no Brasil devem considerar o movimento das populações negras no país.

No Brasil, histórias de migrações negras dentro do território nacional vêm despontando nas últimas décadas. A começar com estudos sobre o tráfico interno de escravo (NEVES, 2000; SCHEFFER, 2006) e também estudos em outros temas, que se referem ao movimento de escravizados pelo interior das províncias e entre províncias, fosse por punição ou fuga, como parte das estratégias de resistência à escravidão (REIS, 1985). Flávio Gomes (2005), por exemplo, estudou o movimento de escravos fugitivos entre as fronteiras do Brasil e da Guiana Francesa. Eduardo Silva, em sua biografia de Dom Obá, refere-se a homens e mulheres libertos que saíram da Bahia acompanhando as tropas alistadas na Guerra do Paraguai. (SILVA, 1997). Na biografia de feminista Leolinda Daltro também me refiro a tal movimento migratório (ROCHA, 2002).

Sobre a resistência de historiadores em considerar o tráfico de escravos como parte dos movimentos migratórios, deve-se contrapor o argumento de historiadores afro-americanos sobre a escravidão como um período de migrações forçadas. Sendo assim, considero ainda que, ainda que involuntário, o movimento de pessoas escravizadas dentro do território nacional (e fora dele) foi muito mais do que a transferência de mão de obra, levando tradições culturais como vocabulário, ritmos, práticas religiosas e outros modos de fazer de um lugar para outro.

Já em estudos do pós-abolição, Roberto Moura, na biografia de Tia Ciata (1995) refere-se ao impacto da corrente migratória negra que chegou ao Rio de Janeiro vinda da Bahia, nas raízes do samba carioca e na criação da escola de samba. O mesmo tema é abordado por Carlos Eduardo Coutinho da Costa, que estuda a migração de homens e mulheres negras saindo das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba em direção ao Rio de Janeiro (COSTA, 2015). A presença dos negros imigrantes no desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo do início do século XX também tem sido objeto de estudos, desmentindo a crença de que a capital foi construída pelo braço do imigrante europeu. (SILVA, 1990; ROCHA, 2019).

A legislação brasileira até meados do século XX deixou claro que imigrantes estrangeiros negros não eram bem-vindos no Brasil, de forma que a entrada de trabalhadores vindos das colônias britânicas do Caribe na virada do século XX se apresenta como um evento excepcional na história das migrações estrangeiras no país.

O Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo no continente americano, graças às manobras da elite conservadora – maioria – que adiou o fim definitivo dessa instituição até quase as vésperas do século XX. Para os negros, a liberdade veio aos soluços, assumindo diferentes formas, desde as alforrias individuais e de pequenos grupos, as fugas para os quilombos, depois as leis que reconheciam o direito ao descanso semanal, a limitação dos castigos físicos, até o movimento abolicionista e as leis do Ventre Livre, lei do Sexagenário e por fim a lei Áurea.

Porém a liberdade para os negros foi sempre uma coisa tensa, cabível de disputa, contestável, podendo ser suspensa a cada momento, fosse pelos senhores que impunham condições para a total libertação dos alforriados, fosse pelas contestações das alforrias, dos re-aprisionamentos dos quilombolas e fugitivos, das diferentes maneiras com que patrões conseguiram dobrar as leis para usufruir do trabalho dessas pessoas e até pela anulação das liberdades. Além disso, depois da abolição, as leis de controle social seguiam o mesmo padrão, dessa vez com a criminalização de homens, mulheres e crianças que poderiam ser tolhidos em sua liberdade por qualquer pretexto, inclusive por pobreza. Tudo isso limitava a abertura para negociações entre a população negra e seus empregadores. Sob pressão, e com poucas oportunidades, pessoas livres acabavam por se subordinar a condições de trabalho não muito diferente daquelas existentes durante o regime da escravidão, pelas limitações impostas pelo sistema econômico e pelas arraigadas relações sócio-raciais que o colocavam em desvantagem. As mulheres e as crianças eram particularmente vulneráveis, tendo limitações ainda maiores para negociar condições de trabalho.

A crença numa hierarquia racial, herdada biologicamente permaneceu como pano de fundo para as opressões sofridas por essa população. A campanha abolicionista e consequentemente a abolição chegaram ao Brasil ao mesmo tempo em que as ideias relacionadas ao racismo científico se associavam à estruturação do pensamento intelectual brasileiro, a partir da metade do século XIX, e com mais rigor a partir de 1870. Também nesse período, a decadência da lavoura canavieira e as crises da cafeicultura do Vale do Paraíba Paulista contribuem para um aumento no número de escravos libertos e de fugitivos. A resistência à exploração como escravo ou como trabalhador semi-escravo, e a existência de ferrovias lançaram homens e mulheres negros em direção às cidades, levando a elite ao pânico e à criação de leis e normas que pudessem controlar essa classe perigosa.

Intelectuais consideravam a escravidão um atraso, mas culpavam as pessoas negras por esse atraso, vendo naquelas pessoas a irrevogável inabilidade para o que era considerado progresso, ainda que essas mesmas pessoas fossem responsáveis pela construção de pontes, prédios, avenidas, estradas de ferro, linhas de telégrafo, de telefone e de eletricidade, tudo o que era considerado como manifestação do progresso. Nos primeiros anos da República, a grande população negra era responsabilizada pelo atraso econômico em que o Brasil, e suas manifestações culturais, consideradas barbáricas, eram outro risco à modernidade.

A historiadora Célia Marinho de Azevedo (1987) foi uma das primeiras a apontar o crescente medo dos negros entre a elite brasileira como um dos fatores na campanha pela importação de trabalhadores europeus. Também Thomas Skidmore (1974) enfatiza que o argumento central em favor dos imigrantes europeus era a sua superioridade, não só diante dos negros, mas como dos brasileiros em geral. Os debates reproduziam os preconceitos e os estereótipos de instabilidade, propensão à criminalidade, baixa produtividade, inabilidade para o aprendizado de novas técnicas e preguiça associados aos negros e mulatos.

As migrações negras não significaram um completo êxodo rural e o esvaziamento das fazendas, já que nem todos os fazendeiros tinham capital suficiente para substituir completamente a mão de obra nacional pela estrangeira. Muitos dos ex-escravos e seus descendentes ficaram nas fazendas, trabalhando como diaristas ou meeiros, em condições de trabalho que não haviam se modificado tanto, mesmo com o advento da República. (ALBUQUERQUE e FRAGA, 2006).

Para esses trabalhadores, a emigração oferecia grandes riscos, e era prudente sair aos poucos, seguindo um parente ou conhecido que já havia se aventurado na cidade grande, construindo uma rede de apoio. Silva (1990) afirma que no bairro da Barra Funda e arredores, na passagem do século XX, preponderavam os negros imigrantes, vindos das lavouras de regiões vizinhas a São Paulo, enquanto que na região central encontravam-se os negros paulistanos. Pela cidade eram encontrados outros imigrantes pobres, europeus e nacionais, negros, pardos, caboclos, brancos. A vida e o trabalho em proximidade conduziu à miscigenação.

Porém, a discriminação racial continuava e era denunciada pelos jornais dirigidos aos leitores negros. Na primeira página do jornal *O Alfinete*, de vinte e dois de setembro de 1918, um edital fala da opressão que os negros sofriam, numa sociedade ainda dominada por ideias escravocratas, apontando que o ideal de democracia que inspirara a República, para os negros era uma mentira. Alguns anos depois, o artigo publicado na primeira página do jornal *O Kosmos*, em dezenove de outubro de 1924, reproduzindo uma carta de Bernardo Vianna, com o título: “Os Pretos em São Paulo”. Apesar dos problemas encontrados na grande cidade, e da crise econômica, imigrantes negros continuavam a chegar, vindos de outros estados ou do interior do mesmo estado. Rio de Janeiro e São Paulo eram as cidades mais atrativas.

Imigrantes Desejáveis e Indesejáveis

A propaganda em favor da importação do trabalhador europeu possuía duas faces que se complementavam: uma que retratava o europeu como “raça” superior, como elemento vinculado ao progresso e à modernidade, apoiada nos escritos científicos que brotavam a cada dia com teorias que reforçavam o estereótipo; a outra face da mesma propaganda era a degradação da imagem dos negros que eram retratados como marginais, selvagens, criminosos, dados às superstições, à degradação sexual e ao crime. Essas imagens estavam nas manchetes dos jornais, nos almanaques, romances, e mesmo na cultura oral. (ROCHA, 2010).

A lei de imigração da recém-inaugurada República, de 1890, determinava que imigrantes asiáticos e africanos só poderiam desembarcar com autorização do congresso nacional, e para tanto determinaram que agentes consulares e diplomatas vigiassem o embarque e desembarque para o Brasil (SKIDMORE, 1974). Ainda durante o Segundo Império, o Brasil rejeitou a proposta dos Estados Unidos de enviar para o Brasil trabalhadores negros para colonizar a Amazônia, sob o argumento de que a entrada de negros livres poderia influenciar negativamente a população escrava. Durante o Governo de Vargas, a entrada de imigrantes africanos (que inclui todos os negros, por interpretação), foi rejeitada. A justificativa era a segurança nacional. A legislação entendia que tais imigrantes trariam um risco para a nacionalidade brasileira, visto que o Brasil já possuía uma grande população afrodescendente (GERALDO, 2009). O mais extraordinário desse último argumento é que considerava a população negra existente no país desde o século XVI como estrangeira!

Em São Paulo, o Partido Republicano apoiava o projeto de importação de europeus como a fórmula necessária para o desenvolvimento da cafeicultura e para a modernização do país. O projeto imigrantista, como foi chamado, ganhou adeptos e defensores entre intelectuais e políticos, ecoando por todo o país através dos jornais e almanaques. Um número crescente de italianos, portugueses, espanhóis – entre outras nacionalidades – entrou no país durante a República Velha, concentrando-se no Sudeste e Sul do país. Mas logo nas primeiras décadas, a atração pela vida urbana na capital, aliada às duras condições impostas aos trabalhadores agrícolas levou muitos imigrantes europeus a emigrarem da zona rural para as cidades.

Muitos são os trabalhos históricos publicados sobre a experiência dos grupos de imigrantes judeus, italianos, espanhóis e portugueses no cotidiano de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, por exemplo. A vida nos cortiços e nas vilas operárias, a luta por melhores condições de trabalho, as redes de solidariedade e as formas de lazer e de socialização, a preservação e a integração cultural. Todos esses elementos estão em trabalhos de qualidade, que inovaram a historiografia brasileira nos anos 70 e 80 ao trazerem à cena as classes subalternas. Conforme dito anteriormente, a experiência dos imigrantes europeus tem extrapolado o âmbito acadêmico e vem sendo explorada pelos meios de comunicação que, por décadas vem concedendo a esses grupos a exclusividade nos créditos pelo desenvolvimento econômico do país. Aquilo que se pode considerar como uma propaganda em favor dos imigrantes europeus, disfarçada de história, pouco considerou o paradoxo de que grande parte desses imigrantes ser analfabeto ou não saber falar, ler e escrever em português, e vinha com pouco ou nenhum capital para investir. A escolha pelo Brasil como destino para emigração se fez de modo precário, acelerada por uma grande crise econômica que assolava a Europa naquele período.

Imigrantes estrangeiros negros: contra a maré.

Também no âmbito internacional, as crises econômicas causadas pela decadência do açúcar no Caribe somadas a cataclismas naturais como furacões e terremotos, entre

1890-1920, deixou as ilhas do Caribe Britânico vulneráveis, uma vez que a Inglaterra, envolvida com guerras na África do Sul e pela Primeira Guerra Mundial, limitava os recursos para reconstrução e para sustentação econômica de suas colônias. A opção pela emigração de trabalhadores caribenhos foi apoiada pelos governos locais como uma forma de aliviar as tensões internas (BRODBER, 2004). Entre essas ilhas, destacam-se Barbados, a Jamaica, Saint Lucia, Saint Vincent and Grenada.

É também no período entre 1890 e 1920 que projetos de modernização como a construção de ferrovias, trilhos para os bondes elétricos, linhas telegráficas e modernização de portos foram levados a cabo por empreendedoras dos Estados Unidos e da Inglaterra, no Brasil. Em especial no estado do Pará e na região que hoje compõe o estado de Rondônia. Para essas empreiteiras, o trabalhador ideal teria que ser barato e falar inglês. As ilhas do Caribe se tornaram então locais de recrutamento para trabalhadores desses projetos, chegando ao Brasil não como imigrantes, mas como trabalhadores temporários. Dessa forma, o negro imigrante pode entrar no país sem os obstáculos enfrentados por um grupo de negros dos Estados Unidos, barrados no embarque em 1921. (GOMES, 2003).

Estados e territórios do norte do país pouco se beneficiaram da campanha para atrair imigrantes europeus, recebendo menos imigrantes europeus do que os países do sul e sudeste. A necessária mão de obra para a indústria da borracha seria suprida por trabalhadores nacionais vindos principalmente do Nordeste, também atingido por uma crise econômica. Conforme discutido por historiadores como Carolina Souza Martins (2017) e David Durval Vieira (2020), as ideias racistas do período também eram apoiadas por intelectuais do norte. Francisnaldo Santos e Francivaldo Nunes, analisando as campanhas pela imigração de estrangeiros europeus no estado do Pará, ressaltam que políticos daquele estado vinham tentando atrair tais imigrantes desde 1860, em campanhas sucessivas que incluíam propaganda na Europa, até inícios do período republicano. Essas campanhas também se guiavam por princípios racistas. Em 1867, o Presidente da Província do Pará ressaltou o caráter racista da política migratória em seu discurso, ao afirmar que não haveriam de querer outros imigrantes que não fosse europeu, entendendo que aqueles estrangeiros eram trabalhadores mais inteligentes e portadores de princípios morais superiores. (SANTOS E NUNES, 2017, p. 24).

Mesmo assim, negros estrangeiros entraram na região amazônica vindos das Guianas, em busca de fortuna nos seringais na passagem do século. A importação oficial de trabalhadores negros foi organizada por empresas estrangeiras, construtoras comissionadas pelos governos estaduais e federal para trabalharem em projetos específicos como as obras de instalação das linhas de telégrafo no Pará ou a construção da estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A grande concentração de caribenhos ocorreu em Porto Velho, RO e Belém, PA.

Quem eram eles? Caribenhos de diferentes ilhas, e alguns poucos das ilhas francesas. No Brasil eles ficaram conhecidos como os *Barbadianos*³. Trabalhadores negros, a maioria vindos de colônias inglesas onde a escravidão havia sido abolida entre 1834 e

3 Por ser um termo que, neste caso, é atribuído aos imigrantes caribenhos em geral, usarei itálico para diferenciá-los dos moradores da ilha de Barbados, também referidos neste artigo.

1837, e que, conforme já comentado, partiam das ilhas em busca de melhores condições de vida já que nas ilhas, apesar da emancipação, o regime de exploração do trabalhador negro e o domínio da oligarquia branca se mantinha, juntamente com a exclusão social e política dos negros. Na Jamaica, por exemplo, a emigração de trabalhadores se acentuou quando a ilha foi abatida por um terremoto em 1907, e por dois furacões que devastaram as plantações de cana de açúcar, em 1915 e 1917. (BRODBER, 2004).

O termo “*barbadiano*” é uma categoria que não indica simplesmente uma origem ou nacionalidade, mas foi empregada como uma identificação englobadora, atribuída aos negros estrangeiros, não introduzidos aqui como escravos, que vieram, desde o início do século XX, de diversas partes do Caribe, mais especificamente de áreas de colonização inglesa, para Belém e outras cidades da Amazônia. Tal termo guarda relação com as imagens que a sociedade construiu acerca desse grupo de pessoas, e que se estendeu sobre seus descendentes, chegando ao ponto de se constituir como uma espécie de rótulo a identificar, pelo menos até meados do XX, inclusive de forma negativa, o negro que é estrangeiro, falante do inglês e, ainda, anglicano. (LIMA, 2006, p. 14).

A entrada de trabalhadores negros no Brasil foi possível graças a negociações entre o governo brasileiro e as empresas estrangeiras envolvidas no processo. Os caribenhos partiam principalmente do porto de Bridgetown, Barbados e eram registrados como trabalhadores britânicos, que vinham sob um contrato definido, portanto sem a expectativa de permanência definitiva no país. Por chegarem em navios provenientes da ilha de Barbados, esses trabalhadores negros que falavam inglês foram identificados no Brasil como *barbadianos*.

Esses negros diferentes, chegaram bem vestidos para os padrões da época, não faziam o batuque, falavam inglês e eram anglicanos. Soma-se a isso o fato de que muitos deles eram alfabetizados, alguns com mais de quatro anos de escolarização, um contraste com os negros brasileiros, a maioria analfabeta naquele período.

Eu conto mais é da ilha de Granada onde papai nasceu... o que ocorre é que aqui em Porto Velho... eles acham que toda pessoa de cor é barbadiano... todo mundo que fala inglês aqui, dizem que é barbadiano. (MENEZES, 1998, p. 32).

Trabalhadores barbadianos emigraram de seu país de origem desde 1876, quando foram para a Guiana Inglesa, ainda dentro do Império Britânico, para suprir a necessidade de mão de obra em diversas áreas. Ainda que parte do mesmo império colonial, a Guiana Britânica era atrativa porque além de melhores salários, oferecia a possibilidade de acesso à propriedade de terra, o que era praticamente impossível na ilha de Barbados (BECKLES, 2004). Entre entre 1890 e 1920, teve lugar o movimento migratório a partir das colônias britânicas do Caribe para Cuba, onde trabalharam nos canaviais, e para o Panamá onde se destacaram na construção do canal. No mesmo período foram também para a Costa Rica, onde trabalharam na construção da ferrovia (PUTNAM, 2002), indo também para os Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e para o Brasil.

Começaram a desembarcar no porto de Belém do Pará menos de vinte anos depois da abolição da escravidão, quando o discurso do racismo científico estava no auge de sua influência. Seu destino principal era o Território Federal do Guaporé, que depois veio a

se chamar Rondônia. Ali trabalharam na construção da ferrovia Madeira-Mamoré entre 1907 e 1912. Um número importante também se estabeleceu na cidade de Belém, onde se empregavam nas obras de modernização do porto, de eletrificação, na navegação a vapor e outros projetos que estavam a cargo de empresas estrangeiras, sobretudo dos Estados Unidos e do Reino Unido. Nas grandes cidades de Belém e Manaus a presença daqueles estrangeiros desafiava as expectativas de embranquecimento e do que se pode chamar de avanço civilizatório, que era esperado com a inserção de indivíduos de origem europeia.

Os imigrantes negros das ilhas caribenhas, diferentemente dos imigrantes europeus não receberam qualquer apoio ou incentivo dos governos locais, não receberam terras, porque também não se destinavam ao trabalho de agricultura. Eram tolerados, porque sua presença ali deveria ser temporária, apenas pelo período de seu contrato, patrocinados pelas companhias estrangeiras.⁴

Tanto em Rondônia quanto no Pará, os *barbadianos* formaram um grupo diferenciado, que se manteve unido e separados dos demais trabalhadores. No meio da floresta amazônica, os caribenhos logo identificaram pontos comuns em suas culturas estabelecendo uma rede de apoio mútuo que atravessou décadas. Historiadores como Cleidenice Blackman (2007), Nilza Menezes (1998) e Dante Fonseca e Marco Teixeira (2009) mostram que até a década de setenta do século XX, os negros caribenhos em Porto Velho se concentravam num local chamado Morro do Bode, atrás do pátio da ferrovia. Com a desativação da ferrovia, os antigos funcionários dedicaram-se a diferentes atividades: abriram estabelecimentos comerciais, empregaram-se em pequenos negócios, alguns se dedicaram à extração e ao pequeno negócio da borracha.

O Morro do Bode, em Porto Velho, acabou sendo identificado como bairro que alojava criminosos e marginais, o que atraía a ação violenta de policiais com uma certa frequência. Segundo Menezes (1998), uma das estratégias para resistir à ação das autoridades era o uso do inglês entre *barbadianos* e seus descendentes. A língua funcionava como um código secreto, no qual informações eram trocadas para a proteção dos membros do grupo. Por outro lado, adaptações foram necessárias, como no caso da religião: com a falta de um representante do clero da Igreja Anglicana ou Presbiteriana, muitos caribenhos converteram-se a religiões pentecostais, devido à influência de pastores enviados em missão vindos dos Estados Unidos para a região, com destaque para a Igreja Batista. (BLACKMAN, 2007).

A questão educacional também foi resolvida com o emprego informal de professores escolhidos dentro do próprio grupo, tanto em Porto Velho quanto em Belém. Uma das grandes preocupações dos negros nas colônias britânicas depois da abolição era com a educação dos filhos. (SAMPAIO, 2010; FONSECA; TEIXEIRA, 2009).

A educação dos trabalhadores provenientes das ilhas do Caribe britânico foi um dos atrativos para a importação desses trabalhadores, que podiam ler documentos e instruções e, portanto, manejar equipamentos e maquinários estrangeiros e lidar com os engenheiros e administradores ingleses e norte-americanos. Além disso, na Jamaica

4 Apesar de esta ser a expectativa, as fontes indicaram que muitos desses homens e mulheres imigrantes chegaram aos estados do norte sem contrato e sem emprego certo. Levanto a hipótese de que teriam entrado no país ilegalmente, cruzando as fronteiras terrestres do norte ou pelos portos, burlando as autoridades.

e em Barbados, investidores britânicos construíram ferrovias por volta de meados do século XIX, décadas depois foi a vez dos bondes urbanos, da navegação a vapor e dos projetos de telefonia. A experiência de trabalhadores na manutenção desses projetos tornou-os desejáveis para agentes contratadores. No Brasil, eram empregados como mecânicos, foguistas ou maquinistas de trem, como marítimos para embarcações a vapor, na construção das estradas e dos portos, em funções diversas.

Diferentemente de Rondônia, os projetos de modernização do estado do Pará se concentraram no âmbito urbano da capital. Ao mesmo tempo, por ser uma cidade portuária, o contato com o exterior era mais frequente, o que facilitou a comunicação entre os imigrantes e a sua terra natal e também chamou a atenção para a sede da Igreja Anglicana que, enviou um padre Anglicano e fundos para a construção de uma igreja próxima à área central da cidade. Ali também, junto à igreja se construiu a primeira escola para os filhos dos *barbadianos*. (LIMA, 2006).

Paralelamente aos projetos de desenvolvimento, que ofereciam empregos especialmente aos homens, as mulheres que os acompanharam encontraram trabalho como lavadeiras, amas, cozinheiras e empregadas domésticas para as famílias dos oficiais de cargos mais elevados das companhias. As pesquisas nos jornais de Porto Velho e de Manaus para o período entre 1910 e 1930 encontrou referências a homens e mulheres, chamados *barbadianos*, atuando em diversas áreas, muitos deles em trabalhos não qualificados, outros apenas citados como desocupados.

Apesar de estarem no Brasil sob a proteção das companhias estrangeiras, ao menos nos primeiros anos, os *barbadianos* também experimentaram os efeitos do racismo. Acostumados aos negros brasileiros descendentes dos escravos utilizados na lavoura paraense e do Maranhão já um tanto misturados aos descendentes de portugueses e indígenas, a população mostrou-se admirada com aqueles pretos ingleses, brasileiros os comparavam aos “nossos pretos” e se preocupavam com as consequências da introdução dessa nova leva de pretos no plano de branqueamento pela mestiçagem que a sociedade brasileira em geral perseguia:

Tipos estes de cara antipática mesclaram a seleção que se fazia no pardavasco aqui nascido, toldando-lhes o semblante alegre e a feição branda, já sacrificados aliás com as invasões imigratórias do cabra nordestino, de cabeça chata, cara quadrada, pele grossa... (SALLES, 2015).

A ideia de que os negros caribenhos viriam “enfeiar” a população local registrava o constrangimento já existente em razão da mestiçagem preponderante na população amazonense. A pesquisadora Roseane Lima (2006) constatou em suas pesquisas que a reação da população mesclava o desconhecimento, o preconceito e o medo. Ela conta que até recentemente, as mães assustavam as crianças dizendo que a velha *Barbadiana* pegaria as crianças que ficavam na rua até tarde. Uma referência a uma senhora idosa, de origem caribense que morava nas redondezas, e cuja figura sizuda e o falar diferente causava espanto entre os nacionais.

Com o tempo, a possibilidade de retorno para seus lugares de origem se tornou um sonho distante para os imigrantes e uma idéia longínqua para seus descendentes, que

formavam laços de amizade na nova pátria, a terceira geração perdeu o domínio da língua inglesa, e as lembranças das ilhas baseava-se em memórias retransmitidas e relíquias guardadas. Mesmo para aqueles que tinham o suporte das empresas que os contrataram, com a garantia das passagens de retorno, essas passagens não cobriam os custos de embarque para outros membros da família. (MENEZES, 1998). Por outro lado, a economia brasileira não permitiu a formação de uma poupança entre esses trabalhadores, para que pudessem reiniciar suas vidas nas ilhas de origem. Um outro problema era a economia das ilhas caribenhas, que oferecia poucas oportunidades de trabalho, onde os salários continuavam baixos e o acesso a propriedade continuava limitado. (ROCHA, 2019b)

Entre os imigrantes, a preocupação com a educação encontrou barreiras no acesso a escolas e na imposição da língua nacional, principalmente a partir de Vargas, que proibiu escolas que utilizavam idiomas estrangeiros. Alguns procuraram manter a língua de origem no seio familiar, mesmo que os filhos fossem estudar nas escolas públicas. Em Rondônia e no Pará, encontramos membros da segunda geração, empregados como professores de inglês nas escolas secundárias, ou professoras de outras disciplinas em escolas primárias e secundárias (SAMPAIO, 2010). Lima (2006) refere-se a duas mulheres da segunda geração em Belém que foram empregadas na base militar dos Estados Unidos que funcionou durante a Segunda Guerra no Pará. Nas últimas gerações já se encontram vários descendentes com formação universitária, pertencentes à classe média, muitos já emigrados para outros estados brasileiros. Porém, não se pode esquecer os muitos que desapareceram, muitos que estão referidos apenas como *barbadiana* ou *barbadiano* nas páginas dos jornais, como vagabundos e indigentes, mortos em acidentes de barco, vítimas de malárias e outras febres, mortos nas construções onde trabalhavam, às vezes vítimas de crimes violentos. Para cada descendente que recuperou ou preservou sua história, dezenas permanecem nas sombras, talvez centenas tenham sido perdidas nas frestas da história, em sepulturas sem nome, cadáveres engolidos pelo solo da floresta ou desaparecidos nas águas.

A história da imigração no Brasil, entretanto, não se ocupou desse grupo de imigrantes, até que uma nova geração de pesquisadores se dedicasse à pesquisa, entre eles descendentes daqueles imigrantes que buscam as raízes de seu sobrenome inglês, de alguma relíquia guardada por uma avó, como um retrato da rainha ou algum hábito alienígena como o costume de tomar chá às cinco da tarde, que atravessou décadas. Tais iniciativas são parte da produção histórica regional, fruto do desenvolvimento das universidades e das preocupações em romper com a hegemonia historicizante do Sudeste, para construir um saber próprio, ligado à comunidade imediata. Apesar disso, ao lançar luz sobre a entrada de imigrantes estrangeiros negros no Brasil durante o período em que prevaleciam as visões racistas sobre a sociedade, tais historiadores vêm influenciando a história do Brasil e contribuindo para a História Negra do nosso país.

Considerações Finais

Vindos do interior do país ou do exterior, o imigrante negro era um indesejado. Na contramão da rota do branqueamento, esses imigrantes enfrentaram outras barreiras de

adaptação além dos desafios comumente enfrentados pelos que se aventuram em terras desconhecidas. Em contraste com o desejado imigrante europeu, o imigrante negro era o avesso do progresso, elemento ligado irremediavelmente ao passado arcaico pelos seus traços físicos e pela herança cultural de humilhação.

Mesmo quando falavam o mesmo idioma, a cidade moderna era uma terra estrangeira, com uma nova ordem à qual é necessário se adaptar.⁵ Saindo de um ambiente em que a abolição da escravidão não trouxe as mudanças estruturais almejadas, como a igualdade. A concorrência do trabalhador europeu foi apoiada por um sistema cultural-ideológico que resultou no avanço social, econômico e político daqueles imigrantes que, em três gerações já faziam parte das classes média e alta, parte da política brasileira. Veja os nomes dos presidentes do Brasil a partir de Dutra, por exemplo, e de muitos prefeitos, senadores, governadores.

Por outro lado, os negros enfrentaram grandes obstáculos para ascender na mesma sociedade de onde eram oriundos e, no caso do imigrante caribenho, mesmo que fossem trabalhadores qualificados. Negros nacionais e estrangeiros entendiam, desde o início do século XX, que a liberdade é sempre negociada cotidianamente, com a polícia, com as autoridades, com os patrões, com todos aqueles que os viam como intrusos ou suspeitos.

Um século depois, as negociações continuam; agora incluindo um novo campo de batalha: a história nacional, que por muito tempo negou a reconhecê-los como sujeitos, como elementos vitais na construção da nação. Parafraseando Walter Benjamin, o racismo é um inimigo que ainda não deixou de vencer.

5 Tomo a liberdade de incluir aqui um relato que escutei de meu bisavô, Tiburtino Gomes da Cruz, afrodescendente que, saindo da região do Cariri por volta de 1930, encontrou na cidade de São Paulo um outro "palavreado", um modo estranho de falar que o fez pensar que aquela gente branca era toda estrangeira. Ao engajar-se nas Forças Federalistas de Vargas, contra os Constitucionalistas Paulistas, em 1932, ele me contou (isso por volta de 1980), que não estava lutando contra brasileiros, mas contra os estrangeiros que queriam tomar São Paulo do Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE, Walmira e FRAGA Fo., Walter. Uma história do negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares/UFBA, 2006.
- AZEVEDO, Celia M. Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BECKLES, Hilary. Great House Rules. Landless Emancipation and Worker's Protest in Barbados 1838-1938. Kingston, Jamaica: Ian Randle Publishers, 2004.
- BLACKMAN, Cledenice. Os barbadianos e as contradições da historiografia regional. Porto Velho, monografia, História, Núcleo de Educação, Universidade Federal de Rondônia, 2007.
- BRODBER, Erna. The second generation of freemen in Jamaica, 1907-1944. Tallahassee: University Press of Florida, 2004.
- COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). Revista Topoi v. 16, n. 30, 2015, p. 101-126. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2237-101X016030004> Acesso em junho 9 2021.
- FONSECA, Dante; TEIXEIRA, Marco Antonio. "Barbadianos: os trabalhadores negros caribenhos da estrada de ferro Madeira Mamoré" in TEIXEIRA, Marco Antonio, FONSECA, Dante Ribeiro e ANGENOT (org.) Afros e Amazônicos: estudos sobre o negro na Amazônia. Porto Velho: Edufro/Rondoniana, 2009, p. 137-66.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FRANKLIN, John Hope. Mirror to America. The autobiography of John Hope Franklin. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.
- GERALDO, Endrica. "A Lei de Cotas de 1934: controle de estrangeiros no Brasil", in **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, vol.15(27), 2009, pp. 173-209.
- Gomes, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- GOMES, Tiago de Melo. "Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921)". **Estudos Afro-Asiáticos**, 25(2), 2003, pp.307-31.
- LIMA, Maria Roseane C. Pinto. Ingleses pretos, barbadianos negros, brasileiros morenos? Identidades e memórias (Belém, séculos XX e XXI). Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- MARTINS, Carolina de Souza. São Luís, cidade negra; cultura popular e Pós-abolição no Maranhão. XXIX Simposio Nacional de História da ANPUH, Brasília 2017. Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502808460_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf Acesso em 13 junho 2021.
- MENEZES, Nilza. Chá das cinco na floresta. Campinas, Komed, 1998;
- MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: o comércio de escravos no Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. **Afroásia**, 24, 2000.
- PURNELL, Brian; Franklin, John Hope. Interview with Dr. John Hope Franklin. The Journal of African American History, v. 94, n. 3, 2009, pp. 407-421. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/25653954> Acesso em 12 junho 2021.
- PUTNAM, Lara. The company they kept. Migrants and the politics of gender in

- Caribbean Costa Rica, 1870-1960. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. A Revolta dos Malês, 1835. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROCHA, Elaine Pereira. Entre a pena e a espada, a trajetória de Leolinda Daltro; 1859-1935. Patriotismo, indigenismo e feminismo. 344f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ROCHA, Elaine Pereira. Milton Gonçalves. Memórias históricas de um ator afro-brasileiro. São Paulo: e-Manuscrito, 2019a.
- ROCHA, Elaine Pereira. Racism in novels, a comparative study of Brazilian and South African cultural history. New Castle: Cambridge Scholars Publishers, 2010.
- ROCHA, Elaine Pereira. Um lugar para chamar de seu: a luta dos negros barbadianos pela moradia no Pós-abolição. Revista ANPHLAC, n.27, p. 37 a 65. Disponível em <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3432/2803> Acesso em 10 abril 2021.
- SAMPAIO, Maria Clara Sales. Afro-Americanos na Amazônia brasileira: Brasil e Estados Unidos no Projeto de Colonização da Amazônia por escravos e libertos norte-americanos na década de 1860. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. (ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008). Cd-Rom.
- SAMPAIO, Sonia M. Gomes. Uma escola (in)visível: Memórias de professoras negras em Porto Velho no início do século XX. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- SANTOS, Carlos José Ferreira. Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza, 1890-1915. São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 2003.
- SANTOS, Francisnaldo; NUNES, Francivaldo. Imigração, propaganda e legislação: a marginalização do trabalhador nacional nos programas de colonização no Pará (1880 – 1900). Revista Manduarisawa. Manaus v.1, n. 1, 2017, p. 16-37. Disponível em <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/issue/view/200> Acesso em 14 junho 2021.
- SCHEFFER, Rafael da Cunha. Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, 171p.
- SILVA, Eduardo. Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, José Carlos Gomes da. Os suburbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo 1900-1930: cotidiano, lazer e cidadania. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Ciências Sociais, 1990.
- SKIDMORE, Thomas. Black into white. Race and nationality in Brazilian thought. New York, Oxford, 1974.
- TROTTER, Joe W. African-American History: Origins, Development, and Current State of the Field. **OAH Magazine of History** v.7, n. 4 (1993): 12-18. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/25162906>. Acesso em 16 junho, 2021.
- VIEIRA, David Durval. Pelas ruas da cidade: cotidiano e trabalho de mulheres negras em Belém (1888-1900). **Em Tempo de Histórias**, Brasília-DF, n. 36, p. 159-76, jan-jul, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/rocha/Downloads/76409.pdf> Acesso em 12 junho, 2021.
- WILLIAMS, Raymond. Keywords: a vocabulary of culture and society. New York: Oxford University Press, 1985.